

## **Da formulação à implementação do programa Universidade para Todos (ProUni): avaliação dos 15 anos do programa**

Juan de França Magalhães Costa<sup>1</sup>

**Palavras-chave:** bolsas; ProUni; política pública.

### **Resumo Expandido**

O acesso ao ensino superior no Brasil possuía até o começo dos anos 2000 diversas barreiras consideradas intransponíveis para a população de baixa renda. O investimento para a expansão das instituições de ensino superior públicas era insuficiente. As discussões sobre como promover o acesso e a permanência passavam, invariavelmente, pela elaboração de uma política pública que fosse feita em parceria com o setor privado. Em 2004 o Ministério da Educação formulou o Programa Universidade para Todos (ProUni), um programa onde seriam contemplados estudantes de baixa renda, negros, indígenas e professores da educação básica. Ao longo do debate no Congresso, os mantenedores das instituições de ensino superior privadas foram os atores mais participativos e promoveram diversas mudanças no desenho inicial da política pública. Apesar disso, após 15 anos de existência, o artigo mostra que o programa apresenta resultados exitosos em termos do acesso e permanência do público-alvo.

O trabalho foi elaborado tendo por objetivo geral responder a seguinte pergunta de pesquisa: “quais os resultados do ProUni ao longo de 15 anos de implementação?” Para isso, foram definidos três objetivos específicos: conceituar a formulação do ProUni no âmbito das políticas públicas; apresentar a implementação do ProUni; e mostrar os resultados da referida política pública.

O Programa Universidade para Todos (ProUni) é uma política pública de acesso e permanência ao ensino superior que distribui bolsas integrais e parciais em cursos de graduação de instituições de ensino superior privadas a estudantes com renda familiar per capita até 3 salários-mínimos, negros, indígenas e professores que atuam no ensino básico, tendo como critério de entrada a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (MANCEBO, 2004; CATANI; HEY; GILIOLI, 2006).

O ProUni foi formulado após anos de discussões sobre como promover o acesso e a permanência da população de baixa renda, tendo em vista que essa era a principal dificuldade para atingir a meta do Plano Nacional de Educação (PNE), de que ao menos 30% da população entre 18 e 24 anos estivesse cursando o ensino superior. Além disso, as instituições privadas encontravam limites para a expansão do número de alunos, mesmo após a Lei de Diretrizes e

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do ABC (UFABC).

Bases (LDB) de 1996 e o Decreto nº 2306/97 (que desobrigou as IES com fins lucrativos de publicar demonstrações financeiras feitas por auditores independentes e ampliou os direitos das mantenedoras), regulamentações que promoveram significativa expansão dessas instituições em todo o país (SGUISSARDI, 2006; CARVALHO, 2014).

O ProUni incorporou programas que já existiam, com relação a renúncia fiscal as mantenedoras de ensino. A política pública também manteve o status quo das IES privadas, tendo em vista que foi uma decisão que as beneficiou e, inclusive, tiveram participação fundamental na escolha das alternativas propostas. Ou seja, o ProUni pode ser analisado por meio da decisão incremental de Lindblom (PAULINO, 2015).

Ainda que o programa tenha obtido êxito em promover o acesso e a permanência dos estudantes no ensino superior, apresenta pontos críticos na implementação, já que muitas dessas instituições possuem ações em bolsa, pertencem a conglomerados educacionais ou tem como finalidade o lucro, o que impede a promoção de maior qualidade no ensino. Além disso, essas instituições possuem ociosidade elevada de bolsas, o que já foi alvo de diversas análises e recomendações por parte do Tribunal de Contas da União (TCU) e formas de integrar de maneira mais efetiva as bolsas parciais ao FIES (LEONI, 2018; MARQUES; XIMENES; UGINO, 2018).

Ademais, alguns estudos realizados ao longo do período com bolsistas mostraram que ele possui eficácia quanto a promoção do acesso, mas enfrenta problemas em relação a permanência. Em um desses estudos, ficou evidente que um percentual próximo a 40% dos estudantes não escolhe o curso por vocação, mas sim pela nota que obtém no ENEM, mais de 35% dos bolsistas enfrentam dificuldades para conciliar a graduação com o trabalho e 30% enfrentam preconceito por parte de professores e alunos (FONTELE; CRISÓSTOMO, 2016).

Para a elaboração do trabalho, foram utilizadas referências bibliográficas encontradas na biblioteca eletrônica Scientific Electronic Library Online (SciELO), além de livros e dissertações de forma a tornar possível a pesquisa bibliográfica acerca do ensino superior no Brasil e apresentar os conceitos que permeiam as políticas públicas. Para realização da pesquisa quantitativa acerca do ProUni, foram utilizados do portal do MEC que disponibiliza dados abertos sobre a concessão de bolsas do programa desde o primeiro ano de sua implementação. Estes foram mensurados e transformados em percentuais para acompanhar a variação ao longo dos 15 anos de dados disponíveis.

Os resultados apontam que no início da implementação houve uma maior distribuição de bolsas a pessoas brancas (acima de 51%), mas ao longo dos 15 anos a predominância passou a ser entre os pretos e pardos que, juntos, representaram mais de 59% do total de bolsas

concedidas em 2019, o que demonstra a eficácia da política pública. Em relação à modalidade dos cursos, no primeiro ano de implementação, mais de 95% das bolsas foram dadas a estudantes de cursos presenciais, sendo que em 2019 essa modalidade passou a representar pouco mais de 70% do total de bolsas, ou seja, houve um aumento substancial dos cursos EAD dentro do ProUni. Já em relação a distribuição de bolsas integrais e parciais, não houve alterações consideráveis ao longo dos 15 anos, com aproximadamente 70% de bolsas integrais e 30% de bolsas parciais. Ademais, um resultado adicional de eficácia da política pública que ocorreu foi o avanço da concessão das bolsas as regiões menos desenvolvidas do país, já que em 2005 apenas 19,4% destas foram dadas a estudantes das regiões Norte e Nordeste e em 2019 essas regiões representaram 30% do total. A tabela 1 apresenta o importante avanço acerca da distribuição das bolsas por raça ao longo da implementação do programa.

**Tabela 1** - Distribuição da concessão de bolsas do ProUni por raça, valores em %

	<b>Branca</b>	<b>Preta</b>	<b>Parda</b>	<b>Indígena</b>	<b>Amarela</b>	<b>Não Informada</b>	<b>Total</b>
<b>2005</b>	36,11	10,29	26,91	0,62	2,39	23,68	100,00
<b>2006</b>	48,79	15,24	33,8	0,19	1,89	0,09	100,00
<b>2007</b>	51,76	12,02	34,03	0,10	1,87	0,23	100,00
<b>2008</b>	50,02	12,62	35,27	0,09	1,94	0,06	100,00
<b>2009</b>	48,86	12,62	36,69	0,08	1,75	0,00	100,00
<b>2010</b>	47,85	12,54	37,86	0,08	1,66	0,01	100,00
<b>2011</b>	47,70	12,14	38,43	0,08	1,64	0,01	100,00
<b>2012</b>	44,18	12,38	41,72	0,09	1,62	0,01	100,00
<b>2013</b>	43,37	12,44	42,39	0,08	1,67	0,05	100,00
<b>2014</b>	41,67	13,10	43,35	0,08	1,72	0,08	100,00
<b>2015</b>	41,66	12,68	43,78	0,08	1,71	0,09	100,00
<b>2016</b>	40,66	12,55	44,86	0,08	1,84	0,01	100,00
<b>2017</b>	39,92	12,99	45,29	0,08	1,69	0,01	100,00
<b>2018</b>	38,69	12,96	46,53	0,08	1,73	0,01	100,00
<b>2019</b>	38,29	13,06	46,88	0,09	1,69	0,01	100,00

**Fonte:** Elaboração própria a partir de Ministério da Educação, 2021.

A avaliação apresentada mostra que os resultados desta política pública têm sido exitosos em relação a inclusão e permanência de bolsistas de baixa renda e minorias étnicas. Ao longo dos quinze anos de dados do programa, foi possível perceber avanços notáveis quanto a inclusão de pardos e uma melhor distribuição das bolsas em regiões menos desenvolvidas do

país. Assim, a pesquisa mostra que o ProUni pode ser considerado um programa com bons resultados e, portanto, eficaz acerca dos problemas que levaram ao seu desenho.

### **Referências Bibliográficas**

BRASIL. Portal de dados abertos do ministério da educação. Disponível em: <<http://dadosabertos.mec.gov.br/prouni>>. Acesso em 28 de janeiro de 2021.

CATANI, A.; HEY, A.; GILIOLI, R. PROUNI: democratização do acesso às instituições de Ensino Superior? *Educar*, n. 28, p. 125-140, 2006.

CARVALHO, C. Política para a educação superior no governo Lula: expansão e financiamento. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 58, p. 209-244, junho 2014.

FONTELE, T. L. L.; CRISÓSTOMO, V. L. PROUNI - pontos controversos sob a análise de alunos bolsistas. *Avaliação*, v. 21, n. 3, nov. 2016. p. 739-765.

LEONI, Fernanda. O papel do Tribunal de Contas da União no ciclo de políticas públicas um estudo sobre o programa Universidade para Todos (“ProUni”). São Bernardo do Campo, 2018, 115 p. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). Universidade Federal do ABC (UFABC).

MANCEBO, D. “Universidade para Todos”: a privatização em questão. *Pro-posições*, v. 15, n. 3, p. 75-90, set./dez. 2004.

MARQUES, Rosa Maria; XIMENES, Salomão Barros; UGINO, Camila Kimie. Governos Lula e Dilma em matéria de seguridade social e acesso à educação superior. *Revista de Economia Política*, v. 38, n. 3 (152), p. 526-547, jul./set. 2018

PAULINO, V. Uma escola do tamanho do Brasil: a institucionalização do prouni como forma de democratizar o acesso ao ensino universitário. *Revista de Estudos Jurídicos UNESP*, n. 29, p. 1-14, jan./jul. 2015.

SGUISSARDI, V. Reforma Universitária no Brasil – 1995-2006: precária trajetória e incerto futuro. *Educação & Sociedade*, v. 27, n. 96 – Especial, p. 1021-1056, outubro 2006.